

RICARDO RAMALHO ALMEIDA  
*Advogado no Rio de Janeiro, sócio de Lobo e Ibeas.  
Mestre em Direito Internacional pela USP.*

## **ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL E ORDEM PÚBLICA**

Editora RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife  
2005

**341.63  
A447a**



CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A426a

Almeida, Ricardo Ramalho

Arbitragem comercial internacional e ordem pública / Ricardo Ramalho

Almeida. - Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

400 p. ; 21 cm.

ISBN 85-7147-526-1

1. Arbitragem comercial internacional - Brasil. I. Título.

346.81052

**341.63**  
**A447a**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO TEÓRICO</b>	<b>9</b>
1.1 AUTONOMIA PRIVADA	9
1.1.1 No direito civil	10
1.1.2 No direito dos contratos internacionais	18
1.2 ORDEM PÚBLICA	24
1.2.1 Interna e internacional?	25
1.2.2 Direito privado interno	29
1.2.3 Direito internacional privado	39
1.3 NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA	50
1.3.1 Definição e distinções metodológicas	52
1.3.2 Características das normas de aplicação imediata	57
1.4 ESPECIFICIDADES DA ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL	62
1.5 RELEVÂNCIA DA ORDEM PÚBLICA E DAS NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA	67
<b>2 ARBITRABILIDADE</b>	<b>71</b>
2.1 LIMITADO RECURSO À ORDEM PÚBLICA EM MATÉRIA DE ARBITRABILIDADE	71
2.1.1 Lei aplicável à arbitrabilidade	71
2.1.2 Arbitrabilidade e ordem pública	79
2.2 ELEMENTOS DE DIREITO ESTRANGEIRO: FRANÇA, SUÍÇA, E.U.A	82
2.3 DIREITO BRASILEIRO	98
2.3.1 Patrimonialidade e disponibilidade	98
2.3.2 Interpretação do artigo 25 da Lei de Arbitragem	116
2.3.3 Relações de consumo	121
2.3.4 Relações de trabalho	130
2.3.5 Outras matérias	136
<b>3 REGRAS DE DIREITO APLICÁVEIS À SOLUÇÃO DO LITÍGIO</b>	<b>143</b>
3.1 A MISSÃO DO ÁRBITRO, SEUS LIMITES E SEU CARÁTER JURISDICIONAL	145
3.2 DETERMINAÇÃO DAS REGRAS APLICÁVEIS À SOLUÇÃO DO LITÍGIO	153
3.2.1 Princípio da autonomia da vontade	153
3.2.1.1 O artigo 2º da Lei nº 9.307/96 e o respeito à ordem pública	156
	<b>341.63</b>
	<b>A447a</b>



3.2.2 Determinação das regras aplicáveis na ausência de escolha pelas partes	175
3.3 MÉTODO DAS NORMAS DE APLICAÇÃO IMEDIATA	181
3.3.1 Integrantes da lex contractus	181
3.3.2 Estranhas à lex contractus	186
3.3.2.1 Direito estrangeiro e convenções internacionais	187
3.3.2.2 O dever do árbitro de respeitar as normas de aplicação imediata	193
3.4 ORDEM PÚBLICA TRANSNACIONAL OU "VERDADEIRAMENTE" INTERNACIONAL	206
3.4.1 Noção e características	206
3.4.2 Conteúdo e temas de interesse	214
3.4.2.1 Princípios de direito privado	214
3.4.2.2 Princípios de direito processual-arbitral	220
3.4.2.3 Princípios de direito público	221
<b>4 CONTROLE JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL</b>	227
4.1 MODO DE ATUAÇÃO DO CONTROLE DA ORDEM PÚBLICA	231
4.1.1 Controle mínimo indispensável	233
4.1.2 Caráter nacional ou internacional do controle?	246
4.2 AÇÃO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	252
4.2.1 Competência para a ação anulatória	252
4.2.2 Ofensa à ordem pública e revisão de mérito	259
4.2.2.1 Omissão da Lei brasileira quanto à ofensa à ordem pública	265
4.3 RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	273
4.3.1 Direito brasileiro	273
4.3.1.1 A expressão legal "ordem pública nacional"	273
4.3.2 Convenções internacionais e sua aplicação	279
4.3.3 Conteúdos da ordem pública no plano internacional	293
4.3.3.1 Ordem pública material	295
4.3.3.1.1 Dívida de juros	296
4.3.3.1.2 Prescrição e decadência	297
4.3.3.1.3 Dívida natural	299
4.3.3.1.4 Direito da concorrência na União Européia	302
4.3.3.2 Ordem pública processual	306
4.3.3.2.1 Fundamentação da sentença	306
4.3.3.2.2 Imparcialidade do árbitro	315
4.3.3.2.3 Competência arbitral (existência da convenção de arbitragem)	316
4.3.3.2.4 Competência arbitrai [litígio sobre imóvel no Brasil]	320



4.3.3.2.5 Competência arbitrai (cessão de contrato contendo cláusula compromissória)	321
--	-----

## **5 CONCLUSÕES**

<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA</b>	343
--	-----

6.1 OBRAS GERAIS E MONOGRÁFICAS, TESES E DISSERTAÇÕES	343
---	-----

6.2 OBRAS COLETIVAS, COLETÂNEAS, COMPILAÇÕES, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	352
---	-----

6.3 ARTIGOS	354
-------------	-----

6.4 PRINCIPAIS "SITES" UTILIZADOS PARA PESQUISA	374
---	-----

6.5 JURISPRUDÊNCIA	375
--------------------	-----

6.5.1 Nacional	375
----------------	-----

6.5.2 Estrangeira	379
-------------------	-----

6.5.3 Arbitral	383
----------------	-----

6.6 LEGISLAÇÃO	384
----------------	-----

**341.63**  
**A447a**

